

O Oriente Médio, o Brasil e as Novas Questões Geopolíticas¹

Monique Sochaczewski*

De Oriente Médio à Ásia Ocidental²

47

É de amplo conhecimento que nenhuma região é naturalmente dada ou neutra. As denominações e conceitualizações do que sejam regiões partiram em grande medida de perspectivas políticas e militares. O termo “América Latina”, por exemplo, se projetou a partir do interesse do imperialismo francês no México, sob domínio de Napoleão III (r. 1852-1870), em que se buscava reforçar a afinidade cultural e linguística e a unidade entre povos latinos e a França tendo a última como “inspiração e líder natural” (Bethell, 2009).

Esse foi também o caso do “Oriente Médio”, termo cunhado em 1902 pelo oficial da marinha norte-americana, Alfred Thayer Mahan. Em artigo publicado então na “The National Review”, Mahan sugeria que a Grã-Bretanha deveria chamar para si a manutenção da segurança do Golfo Pérsico e suas costas – o “Oriente Médio” – para que a rota para a Índia ficasse segura e para conter a Rússia (Bilgin, 2004). O termo “Oriente Médio” se popularizou após a Segunda Guerra Mundial, levando em consideração os interesses ocidentais na mesma, sobretudo após a ampla descoberta de reservas de petróleo e o estabelecimento do Estado de Israel em 1948. Comumente entende-se englobar os países árabes que integram a Liga Árabe (incluindo aqueles do Norte da África) e os Estados não árabes Irã, Israel e Turquia.

Com o avançar do novo milênio, nações ocidentais ainda têm importância na região, sobretudo os EUA com sua política ancorada na Arábia Saudita, em Israel, e na Turquia, que é membro da OTAN. A região é palco de atuação da V FROTA norte-americana, responsável pelas forças navais no Golfo Pérsico, no Mar Vermelho, no Mar da Arábia e em partes do Oceano Índico. O quartel-general do Comando Central das

¹ Texto escrito na forma de Policy Paper originalmente para instituição governamental".

* Doutora em História, Política e Bens Culturais pelo CPDOC/FGV (2012), com estágio pós-doutoral na mesma instituição (2014). Autora de “Trópicos Orientais/Orientes Tropicais: Reflexões sobre o Brasil e o Oriente Médio” (Rio de Janeiro: Talu Cultural, 2019) e “Do Rio de Janeiro a Istambul: Contrastes e Conexões entre o Brasil e o Império Otomano (1850-1919)” (Brasília: FUNAG, 2017).

² Agradeço a Mateus Maracajá Tabach pelo apoio em levantamento para subsidiar esse texto, e aos amigos Najad Khouri e Nilson Brandão, pela interlocução.

Forças Navais dos EUA (NAVCENT) fica no Bahrein. Já o “United States Central Command” (CENTCOM) possui base no Catar, com cerca de 1.1000 militares e é responsável pelo comando aéreo regional. Ademais os norte-americanos mantêm bases militares no Iraque (e no Afeganistão). Depois dos ataques às plantas petrolíferas de Abqaiq, em setembro 2019, eles voltaram a atuar dentro da Arábia Saudita.

Nas últimas décadas testemunhamos, porém, clara mudança na balança de poder mundial. A China ascende ao teatro principal e a Ásia se torna região de amplo impacto econômico, político e mesmo militar e crescente articulação inter-regional. Parag Khanna (2019: 6) ao descrever o que entende por Ásia, ressalta fazer cada vez mais sentido nos referirmos à região comumente denominada por “Oriente Médio” como “Ásia Ocidental”, englobando Turquia, Irã, Países do Golfo e as nações que estão ao redor. Khanna ressalta que ao longo do tempo, árabes e turcos se viram mais como “Oriente Médio” e chineses e japoneses como “Extremo Oriente” e que essas denominações se deram em contexto de forte influência do Ocidente. Com a ascensão atual da Ásia Oriental e do Sul da Ásia, entende que a “Ásia Ocidental” se vê compelida a redescobrir sua geografia asiática. O termo aparentemente veio para ficar e atentemos para ele, até porque a região é a mais importante fornecedora de energia para China e Índia, quando EUA se tornaram autossuficientes nessa matéria, necessariamente reformulando sua visão sobre o petróleo do Golfo Pérsico/Arábico.

Da centralidade da Questão Palestina à contenção do Irã

As relações internacionais do Oriente Médio/Ásia Ocidental, vêm se reformulando historicamente e constantemente em função de pressões transnacionais, internacionais, regionais e locais (Fawcett, 2008: 191). Em termos regionais, o tema primordial de se acompanhar é a mudança de articulações e alianças. Por muito tempo a questão principal era a chamada “Questão Palestina” e o Estado de Israel vivia em largo isolamento regional, sem ter sua existência reconhecida, e as comunidades judaicas históricas que existiam em países árabes sendo perseguidas ou expulsas. Mesmo contando com acordos de paz com Egito (1979) e com a Jordânia (1994), a relação sempre foi fria

mesmo com esses, e a região se mostrava uniformemente hostil a qualquer ideia de proximidade.

Depois da queda de Saddam Hussein, em 2003, da subsequente saída dos norte-americanos do Iraque, em 2011, e em função da enorme projeção de poder do Irã na região, com articulações importantes no Líbano, Síria, Iraque e Iêmen – chamado por alguns como “Crescente Xiita” e pelo regime dos aiatolás de “Eixo da Resistência” – a principal questão de países árabes como Arábia Saudita, Emirados Árabes e Egito tem sido conter o Irã e seus *proxies*. Objetivo semelhante tem Israel, alvo há tempos do Hamas, Jihad Islâmica, Hezbollah – financiados e treinados pelo Irã – e temente da crescente presença militar iraniana em território sírio, especialmente depois da intervenção militar direta que ajudou a manter Bashar Assad no poder daquele país.

Eventos recentes confirmaram que a tal hostilidade monolítica anti-israelense se esvai, com muitos fatos importantes. Em 2018 a Arábia Saudita permitiu voos comerciais destinados a Israel passarem por seu espaço aéreo. E em 2019, o príncipe saudita Muhammad bin Salman (MBS) fez declarações públicas criticando por se desperdiçar as chances de fazer a paz com Israel, bem como reconhecendo o direito dos judeus a um país próprio em terras ancestrais. Ainda no ano passado, ciclistas do Golfo participaram de competição em Israel, uma delegação israelense se fez representar em conferência da UNESCO no Bahrain, a ministra da cultura israelense visitou Abu Dhabi e seu Primeiro-Ministro esteve em Omã, visitando o Sulatn Qaboos, junto com o chefe do Mossad, Yossi Cohen. O hino nacional israelense foi mesmo tocado em evento esportivo em Abu Dhabi³. A maior demonstração pública veio já em janeiro de 2020, quando MBS enviou o Sheik Mohammad al Issa, o Grand Mufti de Meca, para visitar o Campo de Extermínio de Auschwitz, por ocasião do 75º aniversário de sua liberação por tropas soviéticas. Como se vê, a assinatura dos chamados Acordos de Abrahão, normalizando as relações entre Israel e Emirados Árabes Unidos e Israel e o Bahrein em meados de 2020 já eram, portanto, amplamente esperados.

³ <https://besacenter.org/perspectives-papers/israel-gulf-states-relations/>;
<https://besacenter.org/perspectives-papers/israel-gulf-state-relations/>

Frente ao desafio iraniano, os países da região buscam maior cooperação. Isso vem se dando em condenação à Teerã na arena internacional, no compartilhamento de informações de inteligência, acompanhando atividades econômicas de interesse mútuo, e coordenando outros aspectos confidenciais de segurança. As ações israelenses na Síria para evitar que o Irã ocupe vácuo deixado na guerra, contribui para a cooperação, já que todos têm interesse em não deixar que o país persa consolide ali seu poder. Há também percepção desses países que uma aproximação com Israel facilitaria a relação com o Ocidente, em especial com a administração de Donald Trump nos EUA e com os seus eleitores evangélicos.

Os palestinos – na figura do Hamas e do Fatah – são contra essa aproximação e têm demonstrado rara união pública nesse sentido, exigindo que suas demandas sejam atendidas antes de qualquer normalização de relações com Israel. A população dos países do Golfo ainda tem ressentimento contra Israel e a opinião pública local não tem interesse na mudança da relação. Como dito, porém, as lideranças, indicam direção contrária sobretudo frente a ameaça iraniana. Há percepção de que o apoio aos palestinos se sobreponha aos seus próprios interesses e que estes estavam demasiadamente próximos do Irã, configurando uma espécie de traição.

Relações brasileiras passadas e possibilidades futuras

As relações do Brasil com o Oriente Médio remontam ao século XIX. D. Pedro II era um apaixonado pela região, que visitou duas vezes (1871 e 1876-7), e lá deixou boa impressão em nativos que passaram a chegar aqui nos anos seguintes, em busca de melhores condições de vida. O governo do Império Otomano (1299-1922) não queria que saíssem de suas terras e o Brasil (seja na fase final imperial ou na Primeira República) não teve nenhuma política pública de fato para atrair esses imigrantes que embora, cristãos na quase totalidade, não coadunavam com a visão da elite da época de atrair imigrantes que ajudassem a embranquecer e a “civilizar” o país (Sochaczewski, 2017).

A imigração médio-oriental se iniciou então e nunca acabou, contando com ondas de maior intensidade quando do não nascimento do Estado Palestino em 1948, com a expulsão dos judeus do Egito em 1956, da Guerra Civil Libanesa de 1975-1990, ou

quando do conflito entre Israel e o Hizballah em 2006. Hoje o Brasil recebe alguns refugiados sírios que não raro vemos em cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo se reinventando profissionalmente na área gastronômica, embora um número expressivo tenha formação em áreas com déficit de profissionais como Engenharias e Tecnologia da Informação (TI). Segundo dados usados pelo Itamaraty, há no Brasil cerca de 8 a 10 milhões de libaneses e descendentes; 2 a 2,5 milhões de sírios e descendentes; uma coletividade judaica de 110 a 120 mil; e uma comunidade palestina de 50 a 80 mil. Não citam os armênios, mas vale ressaltar que existem de 20 a 40 mil membros dessa comunidade no Brasil, mormente localizados em São Paulo. Os números são incertos, mas o fato é que esses grupos de uma maneira geral são bastante ativos em vários setores da sociedade, da economia, política e cultura brasileiras.

A partir da década de 1970 – mais especificamente no governo Geisel (1974-1979) após o Choque do Petróleo - o Brasil empenhou-se em abrir embaixadas por todo o Oriente Médio e em estabelecer relações em especial com países árabes produtores, tendo interesse em assegurar fornecimento de petróleo e investimento de petrodólares no Brasil. Abriu-se então uma brecha, ocupada por empreiteiras, empresas da área de defesa, comércio de valor agregado (venda de carros, ônibus e aviões civis) e, sobretudo, exportação brasileira de alimentos – mormente proteínas – para a região. O Iraque foi o foco dessas relações e essa história – com todas as sensibilidades que certamente envolvem – carece de um trabalho de fôlego a respeito.

Nos anos 1980 houve certo revés em função da Guerra Irã-Iraque e de questões internas do Brasil, mas a proximidade do Brasil com o Oriente Médio vem se mantendo desde então e a região se tornou importante mercado para o complexo “Alimentos, Bebidas e Agronegócio”.

O Brasil é hoje o maior exportador global de proteína *halal*, cujo mercado consumidor reúne 1,8 bilhão de consumidores muçulmanos em redor do mundo. Ocupa, portanto, papel importante na segurança alimentar tanto na área civil como militar de muitos países árabes e muçulmanos. Atualmente a Arábia Saudita e Egito, segundo a Agência de Notícias Brasil-Árabe (ANBA), são dos mais importantes destinos das

exportações de carne de frango brasileiro. Já o Irã é o principal importador do milho e soja nacional, adquirindo ainda largas somas de carne bovina.

Especificamente no âmbito da Defesa, o Brasil tem papel de exportador de produtos e tecnologia militar para países árabes. Há adidos militares em Beirute, Cairo e Tel-Aviv. Em relação à Israel e Turquia, o Brasil é importador de serviços, produtos e tecnologia militar. É sempre interessante notar quando da realização da LAAD Defense & Security – Feira Internacional de Defesa e Segurança realizada bienalmente no Rio de Janeiro e considerada a mais importante da América Latina -, como esses dois países compartilham quase que um pavilhão inteiro, apresentando seus produtos ao público brasileiro.

Atualmente a Arábia Saudita ocupa o terceiro lugar no ranking mundial em gastos de armamentos ficando atrás dos EUA e China e superando a Rússia. Estima-se que os gastos anuais girem em torno de US\$76 Bilhões, quase 12% do PNB e muito acima dos 3% recomendados pelos norte-americanos para os países membros da OTAN. Em seu VISION 2030- *Saudi Arabia Beyond Oil* MBS anunciou planos ambiciosos de diversificação econômica para tirar o Reino da dependência petrolífera. Um desses era a produção de 50% dos armamentos necessários internamente. Há, portanto, uma janela de entrada naquele mercado competitivo para a indústria nacional, podendo enviar o produto em formato de CKD (*Completely Knock Down*) e montá-lo localmente. Essa pode ser percebida como uma oportunidade para a indústria de defesa brasileira, sendo necessário avaliar, porém, o peso que tal opção pode ter na imagem internacional do país. Como ressaltaram Robert Muggah e Nathan Thompson em texto de opinião publicado no *New York Times*, muitas das armas e munições brasileiras são usadas em guerras civis que configuram tragédias humanitárias, como é o caso do Iêmen⁴.

Há importante histórico e boas perspectivas futuras no âmbito da cooperação técnica e humanitária. Há histórico de cooperação com Israel em setores como irrigação, mas nos últimos anos ela se ampliou para Argélia, Palestina, Líbano, Síria, Sudão e Tunísia, entre outros. Uma questão, porém, que não pode se calar a respeito e pode impactar em todo o panorama traçado é o posicionamento brasileiro a respeito da localização de sua embaixada em Israel. Se de fato a mudar de Tel-Aviv para Jerusalém

⁴ <https://www.nytimes.com/2016/10/24/opinion/brazils-merchants-of-death.html>

– terceira cidade mais importante do Islã por ali se localizar o Domo da Rocha e tema importante para os palestinos em relação a sua capital – pode haver reação conjunta não só dos países árabes e muçulmanos do Oriente Médio, como do mundo todo.

Recomendações:

Considerando que o Oriente Médio abriga uma população de quase 300 milhões de habitantes e índice de crescimento populacional dos mais altos do mundo - sem incluir a Turquia e o norte da África -, além de ser um grande importador de uma gama produtos comerciais, e de serviços: e considerando que as despesas militares da região do Golfo junto com o Iraque e Egito, giram em torno de US \$ 150 bilhões anualmente⁵ recomenda-se ao Brasil:

- Fomentar os interesses comerciais nacionais distante dos pontos de vista ideológicos ou políticos. Vale a pena observar como justamente os países do Oriente Médio/Ásia Ocidental se relacionam nesse sentido com a China e com a Ásia mais amplamente. Israel tem amplas relações nas áreas comercial, tecnológica, acadêmica e mesmo de Defesa com a China. E os países árabes e muçulmanos que por muitas vezes foram vocais na questão do tratamento dos Uighurs na China, se calam a esse respeito, buscando com isso consolidar relações diretas com o país, em especial no âmbito da *Belt and Road Initiative*, como é o caso específico da Turquia. Em 2016 o presidente chinês Xi Jinping visitou o Irã, a Arábia Saudita, e Egito simultaneamente.

- Valorizar as boas relações governamentais e da sociedade civil com as muitas diásporas médio-orientais no Brasil – ou com fortes relações com o Oriente Médio – de modo a reforçar o histórico respeito para a diversidade étnica e religiosa do Brasil, aceitando, portanto, suas múltiplas crenças e costumes e não se posicionando oficialmente ao lado de uma, contra outra.

- Intensificar, as relações Brasil-Oriente Médio nas áreas diplomática, comercial, de investimentos, humanitária, e de cooperação. A região é importante nas questões de energia, relações confessionais, e segurança internacional. É extremamente relevante para

⁵ Fonte: CSIS- Center for Strategic and International Studies
GEPOM EM REVISTA
Número 01
Novembro 2020

o Brasil não só por conta do agronegócio, mas também na atração de investimentos. Já existem várias empresas brasileiras com participação de fundos soberanos de países do Golfo, e há empresa médio-oriental atuando na área de Óleo e Gás no Brasil, a Qatar Petroleum. E empresas brasileiras atuam na região como H. Stern, Minerva SA, Marcopolo, BRF Foods e Votorantim. Em caso de levantamento das sanções norte-americanas contra o Irã abre-se ainda o caminho para vendas da Embraer naquele país.

- Convocar especialistas e profissionais experientes em diversas áreas para melhor conhecimento da região e trocas de ideias em casos de políticas específicas a serem formuladas para o Oriente Médio. Há especialistas em Oriente Médio em universidades brasileiras que são reconhecidos nas instituições de ponta mundiais; há militares com importante experiência como capacetes azuis no Líbano, Sudão, Sudão do Sul, Chipre e Saara Ocidental; há empresários e profissionais do setor privado com crescente experiência – e vivência – nos países do Golfo; há diplomatas especialistas em Oriente Médio, que dominam o árabe e outras línguas da região, além de publicarem sobre a área para público mais amplo.

Referências:

Leslie Bethell. **O Brasil e a ideia de “América Latina” em perspectiva histórica.** In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, volume 22, n. 44, p.289-321, julho-dezembro 2009.

Louise Fawcett. **International Relations of the Middle East.** Oxford: Oxford University Press, 2008.

Monique Sochaczewski. **Do Rio de Janeiro a Istambul: Contrastes e Conexões entre o Brasil e o Império Otomano (1850-1919).** Brasília: FUNAG, 2019.

Parag Khanna. **The future is Asian: Commerce, Conflict, and Culture in the 21st Century.** New York: Simon & Schusterman, 2019.

Pinar Bilgin. **Whose “Middle East”? Geopolitical Intentions and Practice of Security.** International Relations, Vol. 18 (1): 25-41, 2004.